

Reunião de Costa Rica cria uma nova entidade

ASSIS MOREIRA
Enviado especial

SAN JOSE, Costa Rica — A 27ª Assembléia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — foi encerrada ontem, adiando a decisão sobre o sétimo aumento de recursos da instituição para o período 1987-1990. Também nada decidiu sobre a flexibilidade nos tetos de empréstimos e exigências de contrapartidas e criação de linhas de financiamento para projetos de ajustamento setorial.

O presidente do BID, Antonio Ortiz Mena, anunciou que o comitê de governadores do banco resolveu reunir-se em Buenos Aires nos dias 21 e 22 de maio para continuar essas discussões. Afinal, a reunião na Costa Rica serviu apenas para fazer entrar em vigor o acordo que criou a Corporación Interamericana de Inversiones, que terá sua primeira reunião em meados do ano em Caracas, na Venezuela.

A nova entidade pretende promover a expansão e modernização das empresas produtivas, preferencialmente pequenas e médias e as de capital misto, cujas atividades fortaleçam o setor privado, mediante investimento no seu capital ou através de outros tipos de apoio financeiro e serviços técnicos especializados. A Corporación terá capital inicial de US\$ 200 milhões, dividido em 20 mil ações de US\$ 10 mil cada uma. Os países latino-americanos subscrivem 55% das ações e os outros 45% são subscritos pelos Estados Unidos, Itália e vários outros países industrializados também membros do BID.

No encerramento da 27ª Assembléia Anual do BID, o presidente do organismo, Antonio Ortiz Mena, conclamou devedores e credores a um entendimento comum acerca da renegociação da dívida externa. Destacou que, conjuntamente com a aceleração do crescimento das economias industrializadas e a expansão do comércio mundial, os países latino-americanos pedem o prosseguimento de esforços de estabilização das paridades cambiais e das taxas de juros nominais. Existe amplo reconhecimento de que um progresso nessas frentes ajudaria a aumentar a possibilidade de solução da crise da dívida externa.

Os países-membros, em geral, destacaram o papel regional do BID e a conveniência de que tal condição seja fortalecida. Mas os EUA entendem que esse papel é perfeitamente compatível com o início de novas experiências no financiamento de programas setoriais. Os Estados Unidos, Japão, Finlândia e outros países industrializados exigem, porém, que os projetos de ajustamento setorial sejam condicionados a medidas macroeconómicas já estabelecidas pelo Banco Mundial. Os latino-americanos querem os recursos adicionais para fortalecer ou equilibrar seus balanços de pagamentos, mas rejeitam condicionalidades macroeconómicas.

Em relação ao programa de empréstimos para este ano, a maioria dos países reivindica a adoção de critérios mais flexíveis, que permitam uma liberação mais fluida dos créditos. O Brasil liderou um grupo de países que defendeu a necessidade de empréstimos adicionais para projetos em andamento, cuja execução encontra-se retardada por falta de contrapartida local já que continuam submetidos a medidas de austeridade fiscal.

Ortiz Mena respondeu que o BID está examinando formas de co-financiamento com os bancos comerciais internacionais. Destacou que uma das formas possíveis de colaboração entre o BID e os bancos comerciais é precisamente a canalização de recursos para projetos ou em execução ou a ter início, que, por sua elevada rentabilidade, resultem atrativos.



Ortiz Mena convoca reunião para maio, em Buenos Aires